

Uma experiência com a educação patrimonial: reflexões sobre uma formação para o ofício do historiador

Emerson Naylton Bezerra Pereira^I

Fabricio Carlos Paulino Lopes^{II}

Resumo: Propomos compartilhar o relato de uma experiência que sucedeu por meio da disciplina Memória e Patrimônio Histórico, ofertada pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no segundo semestre de 2019. As dinâmicas que envolveram essa disciplina caracterizaram-se como um diferencial, visto que articulamos, com frequência, prática à teoria. Pensando nessa relação, objetivamos expor uma proposta de visitação formulada na segunda unidade da disciplina, na qual selecionamos um objeto gerador, repensamos o local de visita, definimos objetivos de aprendizagem, escolhemos um público-alvo e associamos os conceitos de memória, patrimônio e história, à medida que a metodologia da Educação Patrimonial nos subsidiava. Concluímos que os exercícios práticos dispostos pela disciplina modificaram o modo como encaramos a nossa formação enquanto historiadores e nos propiciaram repensar o nosso ofício.

Palavras-chave: Objeto Gerador; Educação Patrimonial; Ofício do historiador; Formação do historiador; Ensino de História.

An experience with heritage education: reflections on a formation for the historian's profession

Abstract: We propose to share a report of an experience that happened through the discipline Memory and Historical Heritage, offered by the History Department of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in the second semester of 2019. The dynamics that involved this discipline were characterized as a differential, since we often articulate practice to theory. Thinking about this relationship, we aim to expose a visitation proposal formulated in the second unit of the discipline, in which we select a generating object, rethink the place of visit, define learning objectives, choose a target audience and associate the concepts of memory, heritage and history, as the Heritage Education methodology subsidized us. We conclude that the practical exercises arranged by the discipline changed the way we view our training as historians, and enable us to rethink our profession.

Keywords: Generator object; Heritage Education; Historian's profession; Historian training; History teaching.

Artigo recebido em 21/08/2020 e aceito em 10/09/2020

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

Apresentação

Em nossa vivência como graduandos em um curso de ensino superior, sabemos que tudo o que experienciamos é voltado para o aprendizado. Entretanto, no decorrer da nossa graduação, começamos a avaliar de forma diferente quais experiências nos estão proporcionando mais aprendizados e capacitação para o exercício da profissão. Nesse viés, este artigo relata uma dessas experiências, que hoje consideramos como mais significativa em nossa formação, com o objetivo de refletir sobre quais atividades e estratégias de ensino podem ter maior impacto na formação de professores e pesquisadores de história e contribuir com tais discussões com uma narrativa que parte da perspectiva do aluno.

Desse modo, neste texto, relatamos a experiência da elaboração de uma proposta de visitação realizada como uma atividade avaliativa. Tal avaliação foi proposta pela Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira, na segunda unidade da disciplina de *Memória e Patrimônio Histórico* do Departamento de História da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), no segundo semestre de 2019, que foi o nosso quarto período letivo da graduação. A proposta foi desenvolvida por nós, os dois autores deste artigo, em conjunto com Elias Farias da Silva e Rebeca Nadine de Araújo Paiva, que também são discentes do curso de História.

A atividade foi uma culminância das experiências e dos trabalhos que haviam sido desenvolvidos no decorrer da unidade e consistiu na elaboração de uma proposta, na qual tivemos que reimaginar as exposições que presenciamos nas aulas de campo que foram realizadas e, a partir de um objeto que esteve disposto nos lugares que visitamos, construir outra exposição.

Nesse sentido, objetivamos, a partir dessa experiência, refletir sobre a relevância que essa atividade teve, ao passo que nos proporcionou uma vivência de aprendizado que foi construído por meio da prática. Sendo, também, um exercício que nos permitiu compreender que nossa formação, além de estar relacionada ao ensino-pesquisa, excede esses espaços, pois existem outras práticas do ofício do historiador.

Para tanto, apresentar-se-ão neste artigo os nossos aprendizados a partir das discussões e atividades realizadas na disciplina, a proposta de exposição que foi elaborada, as nossas reflexões a respeito dos conhecimentos construídos a partir dessa experiência e seu impacto em nossa formação.

Educação Patrimonial: teorias e práticas

O desenvolvimento de trabalhos que exigiam atividades práticas não se caracterizou como uma experiência nova na disciplina de *Memória e Patrimônio Histórico*. Desde o início da disciplina, já tínhamos nos organizados em grupos de trabalho exercendo tarefas que, ao fim, resultaram em um trabalho maior. Sendo, esses trabalhos de culminância, uma característica que marcou as atividades da disciplina.

Organizados nesse formato de grupos de trabalho, fizemos as leituras e discussões de textos, trabalhos de pesquisa e de análise de fontes e produção de materiais. Em todos os âmbitos da disciplina, nós compartilhamos saberes e juntos construímos conhecimento para ser depois dividido com toda a turma e, no caso específico do fim da primeira unidade, com convidados em uma exposição dos trabalhos.

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

Assim, a elaboração da proposta de visitação foi um trabalho de culminância que partiu do que havíamos anteriormente discutido e vivenciado na unidade a respeito da educação patrimonial, pois demandou a mobilização dos conhecimentos que tínhamos construído.

Nesse sentido, uma das leituras que foram imprescindíveis para o desenvolvimento da proposta de exposição foi a do livro *A danação do objeto: o museu no ensino de história*, de Francisco Régis Lopes Ramos^{III}. O autor, que escreve a partir de sua experiência como professor do Departamento de História da UFC (Universidade Federal do Ceará) e diretor do Museu do Ceará, defende o reconhecimento do museu como um espaço de caráter pedagógico e apresenta a afirmação de que não há museu inocente, pois

fazer relações entre museu e educação, especialmente o ensino de história, implica reconhecer que, na sua própria definição, o museu sempre teve o caráter pedagógico - **intenção, nem sempre confessa, de defender e transmitir certa articulação de ideias**^{IV} (Grifos nossos).

Ou seja, assim como a escola com suas aulas, o museu com suas exposições possui objetivos, conhecimentos que espera construir e reflexões que almeja suscitar no público que o atende. Assim, tudo o que compõe uma exposição, cada um dos objetos dispostos e a forma como são organizados, assim como as estratégias de orientação, tem uma finalidade específica e cumpre um papel na narrativa que está sendo contada e na mensagem que se comunica. Sendo, isto, algo que não poderíamos deixar de levar em consideração na construção da proposta de visitação.

Além disso, Francisco Régis Lopes Ramos^V também apresenta o conceito de *objeto gerador*, do qual nos apropriamos para a visitação que foi proposta. Inspirado na metodologia da *palavra geradora* de Paulo Freire, Ramos propõe que se realizem, nas escolas, nos museus e em outros espaços de ensino, exercícios de leitura do mundo a partir da análise de objetos. Sendo uma possibilidade no ensino de história, por exemplo, a historicização de um objeto e o questionamento a respeito de como, por que e por quem é utilizado e o que essas respostas podem revelar sobre a sociedade. Nessa perspectiva, o autor aponta que

o objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber — leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras^{VI}.

Dessa forma, podemos compreender que o objeto gerador, a partir da análise de seus aspectos físicos, históricos e dos significados que o são atribuídos, permite aproximar o público dos objetos e da exposição, assim como possibilita que realizem suas próprias reflexões, dissociando, assim, a experiência da visitação ao museu e do aprendizado de história da memorização de dados históricos, propondo que seja uma experiência de reflexão e construção de conhecimentos. Pudemos, assim, também entender quais seriam nossos objetivos com a incorporação das estratégias de ensino do uso do objeto gerador e como deveriam ser empregadas como um dos fundamentos da nossa proposta de visitação.

Posto isso, concordamos com Régis Lopes quando ele menciona que é relevante estudarmos e entendermos como os seres humanos criam e usam os objetos, ao passo que é igualmente necessário refletir sobre as formas pelas quais os objetos criam e usam os seres

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

humanos^{VII}. A fim de compreendermos melhor essa relação dialógica, é necessário nos apropriarmos de uma metodologia capaz de subsidiar essa apreensão entre sujeito e objeto.

Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro propõem, no *Guia Básico de Educação Patrimonial*^{VIII}, uma metodologia educativa que consiste em quatro etapas progressivas de apreensão concreta dos objetos e dos fenômenos culturais. As etapas dividem-se em observação, registro, exploração e apropriação. Através dessa metodologia, é possível realizar uma educação patrimonial que, na concepção das autoras, é “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”^{IX}. A educação patrimonial, nesse sentido, age semelhante a um instrumento de “alfabetização cultural”, uma vez que possibilita ao sujeito realizar a leitura do mundo que o rodeia, propiciando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido, ao passo que provoca situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações^X. Pode-se assegurar, diante desse quadro, que

nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico. Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial. Neste processo de descobrimento da realidade cultural de um determinado tempo e espaço social é possível se aplicar uma metodologia apropriada que facilite a percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais^{XI}.

A metodologia da educação patrimonial, nesse sentido, proporciona aos professores utilizarem objetos culturais em sala de aula ou/e nos locais onde são encontrados, não como ilustração das aulas, mas como elementos cruciais para o desenvolvimento delas. Nesse ponto, concordamos com as autoras quando elas constatarem que o objeto mais comum, utilizado no cotidiano, pode oferecer um conjunto de informações relacionado ao contexto histórico-temporal em que fora construído, da sociedade que o produziu, usou e transformou, dos gostos, valores e preferências de um grupo social, bem como do nível tecnológico e artesanal, dos hábitos e da complexa rede de relações sociais que condiciona e interliga os sujeitos históricos^{XII}.

As etapas metodológicas, visando à ação educativa, só desenvolver-se-ão após a definição do objeto, fenômeno e/ou tema de estudo. Sendo tais etapas:

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

Quadro 1. Etapas metodológicas da educação patrimonial

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, mediação, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive etc.	→ Identificação objeto/função/significado; → Desenvolvimento percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas etc.	→ Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; → Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições jornais, entrevistas etc.	→ Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo etc.	Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Baseado em Horta, Grunberg e Monteiro^{XIII}.

As discussões abordadas por Francisco Régis Lopes Ramos, associadas à metodologia da educação patrimonial, serviram de base para a atividade que estava sendo orientada. Em linhas gerais, ao realizarmos a aula de campo, tínhamos que selecionar um objeto e, a partir dele, planejar uma proposta de visita, com as seguintes informações: local da visita, objetivo de aprendizagem e público-alvo.

No dia 14 de setembro de 2019, visitamos Vila Flor, município localizado no Rio Grande do Norte e que está a 81 quilômetros da capital estadual Natal. Conhecemos a Igreja de Nossa Senhora do Desterro e a Casa de Câmara e Cadeia, à medida que passávamos por esses espaços, nos inteirávamos sobre as narrativas históricas que constroem e reconstróem a cidade, ao passo que a historicidade dos edifícios e objetos se tornavam evidentes.

No que toca à história de Vila Flor, a literatura^{XIV} conjectura que, no início do século XVI, foi iniciada a colonização do território com a implantação da aldeia de Gramació; constava nesta uma légua quadrada de terras destinadas a um aldeamento indígena, que estava sob a responsabilidade do padre Jesuíta André do Sacramento. No período entre 1743 a 1745, foi construída a Casa de Câmara e Cadeia e edificada a Igreja de Nossa Senhora do Desterro. Há,

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

contudo, quem especula^{XV} que a Casa só foi erguida depois de 1768. No ano de 1755, a aldeia de Gramació foi elevada à condição de vila, passando a se chamar Vila Flor, nome advindo em razão da diretriz estabelecida pela carta-régia de 3 de maio de 1755, que prescrevia que, com a modificação de aldeamentos indígenas em vilas, elas passariam a ter nomes de comunas portuguesas; como resultado, o nome Vila Flor foi posto em homenagem a um distrito de Bragança em Portugal. No entanto, é no ano de 1769 que se instala a nova vila, executada pelo Dr. Miguel Carlos Caldeira Castelo Branco. Em 1858, ocorreu a expulsão injustificada dos missionários jesuítas e a transferência da sede para o povoado de Uruá, que foi elevado à categoria de vila, tornando-se, em seguida, município de Canguaretama. No ano de 1940, o povoado passou a se chamar Flor e, só 23 anos depois, em 31 de dezembro de 1963, através da Lei n° 3.052, desmembrou-se de Canguaretama e tornou-se município do Rio Grande do Norte, com o antigo nome Vila Flor.

A Casa de Câmara e Cadeia foi tombada por meio do processo 665-T-1962, no livro do tomo histórico, e inscrição n° 367, de 16/06/1964, em virtude da importância cultural^{XVI}. Ela representava o principal edifício da localidade; com uma construção mista, em alvenaria de pedra e tijolos, em dois pavimentos, apresenta solução singular de pórtico em arcos em três das fachadas, formando uma galeria em “U”. Enquanto no pavimento térreo, dando para os fundos, ficava o cárcere, iluminado e arejado por duas janelas emolduradas de cantaria, no segundo pavimento, vê-se janelas de vergas curvas. Nas três principais fachadas, existem arcos de alvenaria, e o telhado é de quatro águas^{XVII}.

No térreo da Casa, nos deparamos com algumas cadeiras escolares e anotações fixadas nas paredes. A informação que foi repassada é que aquele espaço estava sendo reutilizado para atividades formativas destinadas à população vila-florense. Diante dessa circunstância, optamos por, na proposta de visitação, refletir sobre aquele lugar e os objetos que o integram, em especial a cadeira, sendo ela o objeto gerador. Ademais, entendemos que nossa proposição pode ser acessível a alunos do ensino fundamental II e do médio; por isso, os escolhemos como público-alvo.

Determinamos que o primeiro passo da proposta de visitação é dimensionar a historicidade da Casa. As orientações deverão instigar os alunos a perceberem as maneiras pelas quais aquele espaço foi utilizado, sobretudo entre o período colonial e imperial, e de que modo ele é aproveitado na atualidade. A fim de estimular essa percepção, algumas das questões que podem ser suscitadas é, de início, problematizar os usos e apropriações, em perspectiva histórica, desse lugar; indagar acerca dos sujeitos históricos que ocuparam o edifício; exibir os objetos que pertencem e compõem a Casa, interrogando o porquê deles manterem-se nesse local.

No segundo momento da visitação, os alunos serão conduzidos ao pavimento superior. O objetivo, nessa ocasião, é observar as diferenciações que existem entre o térreo e o superior, com a finalidade de discernir esses dois espaços; é relevante que os alunos visualizem, de imediato, quais são as dessemelhanças evidentes. No piso superior, haverá variadas cadeiras; a pergunta norteadora é o porquê delas se encontrarem na Casa; se algumas delas não pertencem àquele lugar; quais são os sujeitos que, comumente, se sentam naquelas cadeiras. A intenção, com isso, é estimular os alunos a visualizarem os objetos que os rodeiam no cotidiano, para além de materiais triviais, ou seja, são utensílios que têm historicidade e, portanto, ganham diferentes sentidos e significados a depender do espaço-tempo ao qual pertencem.

Em síntese, os objetivos que definimos quando pensamos nessa proposta foram: compreender que objetos cotidianos, como as cadeiras, podem ser indicadores/expressões da

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

posição social dos sujeitos que os ocupam; perceber a carga histórica e cultural que os objetos possuem - pensar a historicidade dos objetos; conhecer e aplicar as etapas metodológicas propostas para a educação patrimonial (observar, registrar, explorar e apropriar); entender como espaços, a depender do contexto, passar a ter usos e significados diferentes e perceber construções e objetos como bens que evocam a história de uma localidade e de seu povo.

Visando a um bom aproveitamento dessa proposta pelos alunos, eles podem ser expostos à historicidade dos objetos antes da visita. Em sala de aula, a/o docente tem a autonomia de trabalhar com objetos distintos, podendo até desenvolver tarefas nas quais os alunos levem objetos pessoais e relatem a história desses utensílios; uma vez realizados esses exercícios preliminares, é concebível que as/os discentes desenvolvam noções de historicidade. À medida que essa noção é ampliada, na concepção de Francisco Régis Lopes Ramos, há um desenvolvimento do saber histórico através dos objetos, criando condições para a constituição de problemáticas históricas a partir do cotidiano vivido^{XVIII}. Diante desse quadro, concordamos quando Horta, Grunberg e Monteiro observam que a habilidade de interpretar objetos e/ou fenômenos culturais contribui para que ampliemos a capacidade de compreender o mundo e que cada produto da criação humana é portador de sentidos e significados, cabendo a nós, portanto, aprender a “ler” ou “decodificar”^{XIX}.

Memória, patrimônio e história: usos e apropriações

Nos processos que envolvem apropriações de conceitos, é comum, sobretudo em uma graduação, estranharmos as nuances que os circundam e as especificidade de uns em relação aos outros. Para uma determinada temática, é possível encontrar diversos autores com dessemelhantes reflexões acerca do mesmo objeto; o que não devemos, contudo, é nos eximir de abordar essas divergências teóricas, ainda que brevemente, em sala de aula. Relacionar história, memória e patrimônio, ou antes disso, distingui-las e apresentar aos alunos as singularidades, constitui-se como uma atividade relevante no ensino-aprendizagem de História, entre outras razões, porque essas temáticas estão presentes no mundo cultural dos discentes no cotidiano.

Disposto a instigar os alunos a refletirem sobre esses pontos, algumas problemáticas podem ser suscitadas. A exemplo disso, pode-se questionar por que as memórias dos pais, avós, responsáveis ou/e da vizinhança dos alunos não transitam na escola, enquanto conteúdos recorrentes. Essas lembranças podem ser registradas e compartilhadas para a comunidade escolar? Se sim, como? Se não, por quê? Partindo dessas indagações abrangentes, se, num momento posterior, for perguntado aos alunos se há diferença entre história e memória, é provável que, no mínimo, algum deles responda que, enquanto a memória é subjetiva e individual, a história é objetiva e coletiva. Essa definição, ainda que precipitada, não é errada; a memória pode ser subjetiva e individual, pois trata-se de uma operação cognitiva que parte do indivíduo; por outro lado, a História se apresenta de maneira objetiva articulando-se com os diferentes sujeitos históricos.

A discussão sobre patrimônio, num primeiro momento, pode parecer distante do mundo cultural dos discentes; contudo, nos espaços de convivência das cidades costumam ter edificações que testemunham à população local uma história e, posto que a primeira concepção que se constitui quando nos referimos ao patrimônio são os bens materiais, estabelecer esse diálogo com a sala de aula pode ter um rumo com menos entraves.

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

Memória e patrimônio são conceitos que, no decurso do tempo, alteraram-se^{XX}. Na segunda metade do século XVIII, em especial no ano de 1789, memória estava relacionada à faculdade que a alma tem de lembrar e, entre as definições que se seguem, visualizamos que memória se vincula, em grande medida, aos eventos e narrações políticas. No mesmo ano consultado, patrimônio está associado aos bens que são herdados e/ou adquiridos em vida. Esses conceitos experimentam uma leve, todavia profunda, modificação no ano de 1832. Memória continua sendo uma faculdade pela qual a alma lembra das coisas; entretanto, é toda e qualquer coisa, não há delimitações. Patrimônio ainda está relacionado com os bens, porém, esses mantêm-se^{XXI}.

As conjecturas envolvendo patrimônio, no Brasil, possuem uma relevância na parte legislativa, ao articular os conceitos que lhes são próprios. Dessa maneira, no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, vê-se que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”^{XXII}. No 1º parágrafo desse mesmo artigo, notamos que o Poder Público junto à comunidade “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”^{XXIII}.

Esses trechos sustentam alguns alicerces pelos quais memória, patrimônio e história se entrelaçam. A princípio, a memória não precisa do patrimônio para existir; no entanto, o inverso, além de impraticável, é impensável; o patrimônio inicia-se na/pela memória. Isto é, tomar um bem material e/ou registrar um bem imaterial requer, em primeiro lugar, preservar, manter e transmitir à posteridade uma determinada memória.

À vista disso, Michael Pollak^{XXIV} identifica três elementos que constituem a memória: acontecimentos vividos pessoalmente e “vividos por tabela”; os vínculos envolvendo *pessoas*, *personagens* a esses acontecimentos e os lugares de memória. As ocorrências “vividas por tabela”, na concepção do autor, referem-se a um evento que teve um destaque preponderante, pelo grupo social à qual o sujeito pertence, que possibilitou, através da socialização política ou histórica, uma projeção ou identificação nesse sujeito. Esses eventos, vivenciados por *pessoas*, *personagens*, são efetuados em espaços que, por sua vez, podem se tornar em lugares de memórias^{XXV}. Logo, os *lugares* de memória não se configuram, de maneira exclusiva, enquanto sítios, espaços materiais, eles podem, e são, lugares simbólicos. Por isto, Pierre Nora nota que

diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história: ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações^{XXVI} (Grifos do autor).

Ao passo que os lugares de memória são espaços que contêm excessos, havemos de concordar com o autor quando ele reitera que esses locais nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. Assim, se vivêssemos e experienciássemos, no cotidiano, as lembranças que envolvem esses lugares, eles não desempenhariam a mesma função social. Ao refletir sobre esses pontos, Nora entende que esses espaços só se tornam lugares de memória,

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

porque a história apodera-se deles^{XXVII}. Ou seja, esses espaços só se tornam lugares de memória porque a história identifica, seleciona e organiza as memórias. Essa consideração final desdobra num outro ponto que diz respeito ao elo entre história e memória. Pierre Nora reflete sobre esses dois universos, ao passo que indica as singularidades. Consentimos, portanto, quando o autor empreende que

memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, com Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo^{XXVIII}.

O ofício do historiador: algumas considerações

Nas vivências que relatamos, tivemos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos que havíamos estudado por meio de atividades e de exercer outras práticas do ofício do historiador. No entanto, como alunos da licenciatura em História, nossa participação na disciplina não estava prevista, pois pertence à grade curricular do bacharelado e tem a competência de optativa para os licenciandos. Assim, se não tivéssemos a iniciativa de aprofundar nossos conhecimentos e experiências acerca da memória e do patrimônio histórico, teríamos concluído nossa graduação sem essas experiências que consideramos muito significativas para nossa formação.

Devido a isso, Ricardo Pacheco, em artigo em que reflete sobre a educação patrimonial, afirma que

julgamos que a ação do bacharel em história não se restringe à pesquisa, tampouco o licenciado em história deve limitar sua ação formativa ao espaço da sala de aula. Ao contrário, o profissional que estuda o passado deve ter presentes estes dois campos de atuação do profissional historiador: produzir o discurso sobre o passado e criar situações de difusão desse discurso. Com esse objetivo, deve procurar estratégias não para provocar no seu público a aceitação passiva de uma fala sobre o passado, mas para promover a reflexão sobre a experiência humana no tempo, utilizando-se, portanto, das diferentes linguagens que o mundo contemporâneo nos coloca à disposição^{XXIX}.

Concordamos com a perspectiva do autor, pois, ao passo que realizamos atividades que estavam voltadas — na estruturação curricular do curso — para a formação do bacharelado, construímos conhecimentos que contribuíram para nossa formação mais completa como

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

profissionais da História. Para além da pesquisa e do ensino, com a elaboração da proposta de visitação, pudemos nos dedicar ao aprendizado de outras práticas do ofício do historiador como a divulgação do conhecimento em outros formatos e espaços de ações educativas e fazendo uso de estratégias que promovem o aprendizado a partir da reflexão.

Margarida Dias e Itamar Freitas, discutindo a formação do historiador, apontam que, a respeito das diferentes possibilidades de ocupações profissionais do historiador,

os museus são, também muito ligados ao ofício do profissional de História, no imaginário coletivo sobre esse espaço. Para além da diversidade de museus e a impossibilidade de a tratarmos neste momento, como representamos aqui nossas tarefas nessas instituições? Novamente partimos da especificidade da produção dos conhecimentos históricos na pesquisa e no ensino e, dentro de uma equipe interdisciplinar (museólogos, administradores, educadores etc.), devemos ter um papel na formulação de critérios para a formação de acervos e por meio, também, de assessoria aos usuários sobre a especificidade dos documentos para pesquisa **e para o ensino e a elaboração de formas de divulgação**, na construção de um público^{xxx} (Grifos nossos.).

Nesse trabalho, Oliveira e Freitas discutem a formação do profissional de história analisando os cursos de graduação e as diferentes áreas de atuação do historiador em museus, acervos, memoriais e mídias. Chegando-se à conclusão de que a comunidade dos historiadores do Brasil afirma a necessidade da ocupação desses espaços, mas não produz o conhecimento sobre como deve ser essa ocupação^{xxxI}.

Nesse viés, compreendemos que o desenvolvimento dessa atividade que relatamos nos ensinou os fundamentos de uma visitação e quais são as estratégias educativas para que seja promovida uma experiência de aprendizado mais significativa e, assim como as nossas outras vivências com a disciplina, nos proporcionou construir saberes sobre a atuação em museus e exposições. Dessa forma, enxergamos o desenvolvimento de atividades como essa um dos caminhos para a formação de profissionais de história que conheçam suas funções e tarefas nesses outros espaços de atuação.

Além disso, não somente para outras ocupações profissionais, essa experiência contribui para nossa formação, como também para o ensino. A metodologia da educação patrimonial é uma estratégia de ensino de aplicação apropriada não só para o museu, mas para a sala de aula também. Como já discutimos, essa metodologia está pautada em questionamentos, na leitura de mundo e na promoção de reflexões aos visitantes — ou alunos —, os colocando no centro do processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, de acordo com Almir Oliveira, Ana Cardoso e Magna Gomes, é uma questão de extrema importância a

inclusão da Metodologia da Educação Patrimonial como componente curricular para a formação de professores do profissional de História, não só como ação prática, mas a partir de discussões aprofundadas, podendo-se ampliar o entendimento e a produção coletiva do conhecimento histórico e do conhecimento histórico escolar^{xxxII}.

Os autores também apontam que a Educação Patrimonial pode ser uma estratégia facilitadora dos processos de ensino-aprendizagem apoiados no uso da História Local e do Patrimônio Cultural, pois essa metodologia, em suas bases construtivas, procura aproximar os discentes de suas comunidades, valorizando suas histórias e desencadeando o sentimento de

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

pertença e de identidade cultural^{XXXIII}. O que consideramos que são objetivos que devem nortear práticas do ensino de História, assim como da educação escolar no geral. Sendo, dessa maneira, tal metodologia um importante aprendizado para licenciandos.

Considerações Finais

Diante dos nossos relatos e reflexões, avaliamos que os conhecimentos construídos por meio da nossa participação na disciplina *Memória e Patrimônio Histórico* contribuiu para nossa formação ao passo que nos apresentou outras áreas de atuação do profissional de História e nos proporcionou, por meio de discussões teóricas e atividades práticas, experiências e aprendizados que nos tornam mais capacitados para a ocupação dessas áreas.

Consideramos, em virtude disso, que as atividades práticas suscitadas, no decurso deste texto e, de modo consequente, as experiências e vivências não se encerram em si mesmas; elas colaboraram e somaram para nossa atuação como professores de História, uma vez que nos propiciou novos recursos de ensino-aprendizagem. Seja ao dispormos de uma metodologia que possa ser executada em sala de aula, articulando-a com a realidade dos alunos; seja no reconhecimento de que podemos, e devemos, estimulá-los a observar os objetos que os rodeiam como instrumentos que, além de terem historicidade, são dotados de sentidos e significados. Entendemos que, com o auxílio dessas estratégias e mediando as informações, saberes e conhecimentos dos alunos, contribuiremos para um ensino de história consistente e significativa, ao passo que cooperaremos para esses sujeitos lerem o mundo que os envolvem, à medida que agem e intervêm na sociedade.

Ademais, essa experiência também possui um grande impacto na nossa formação por ter nos proporcionado a oportunidade de desenvolver trabalhos nos quais pudemos relacionar prática à teoria e construir nossos próprios conhecimentos. Isso porque

é preciso compreender e, mais que isso, exercitar a produção do conhecimento histórico. Se for possível, ainda na graduação, produzir conhecimentos originais, ainda melhor. Mas, pelo menos, o exercício sistemático da pesquisa. Com a oportunidade de errar, de consertar e de construir conhecimento. Mesmo que seja novo apenas para os alunos, mas construir, afinal, o que pode não ser mais novidade para o professor, pode ser uma novidade transformadora para o estudante, o mesmo que, mais tarde, será professor (de nível superior ou de nível básico) e terá em sua formação a experiência da pesquisa como uma atividade que trouxe algo novo à sua vida, à sua formação profissional. Isso certamente modificará a sua atuação como docente, compreendendo a forma de produção do conhecimento histórico na pesquisa como fundante para a produção do conhecimento histórico no ensino^{XXXIV}.

O desenvolvimento de trabalhos desse caráter na disciplina possui também uma outra dimensão positiva na nossa formação levando-se em consideração o contexto de nossa graduação, tendo em vista que, ao longo das nossas vivências no curso, não experienciamos atividades voltadas à prática com muita frequência.

Dessa forma, na nossa condição de futuros professores, participar dessa disciplina como discentes foi muito importante para que pudéssemos refletir sobre como queremos atuar como docentes. Portanto, com essas experiências, podemos constatar que, para alcançarmos o objetivo de proporcionar aos nossos alunos um ensino de História mais significativo, é basilar termos como

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

princípios norteadores de nossa atuação a compreensão de que: 1) o professor não é detentor e transmissor do conhecimento, mas um intermediário e mediador da aprendizagem; 2) conhecimento não se transmite, se constrói; 3) o aluno é o protagonista do processo de ensino-aprendizagem; 4) esse processo deve estar voltado para atividades em que os discentes desempenhem um papel ativo na construção do conhecimento e 5) é relevante articular as temáticas, conteúdos e os conceitos com a realidade e o mundo cultural dos alunos.

Notas

^I Graduando do curso de Licenciatura em História da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). E-mail: emersonnbp@outlook.com

^{II} Graduando do curso de Licenciatura em História da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). E-mail: fabriciocarlos1998@hotmail.com

^{III} RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

^{IV} Ibid., p. 14.

^V Ibid., p. 31-36.

^{VI} Ibid., p. 32.

^{VII} Ibid., p. 36.

^{VIII} HORTA, Maria de L.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN e Museu Imperial, 1999.

^{IX} Ibid., p. 4.

^X Ibid., p. 4.

^{XI} Ibid., p. 7.

^{XII} Ibid., p. 8-10.

^{XIII} Ibid., p. 9.

^{XIV} HISTÓRIA de Vila Flor/RN. Disponível em: <<http://www.vilafior.rn.gov.br/pagina-exemplo/>>. Acesso em: 11 ago. 2020. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34533&view=detalhes>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

^{XV} PESSÔA, José Simões Belmont. *Vila Flor – Casa de Câmara e Cadeia*. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/vila-flor-casa-de-camara-e-cadeia#!/map=38329&loc=-6.3155689999999987,-35.075452999999996,17>>. Acesso em: 11 ago. 2020. CASA de Câmara e Cadeia: ruínas (Vila Flor, RN). Disponível em: <http://portal.iphane.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1828>. Acesso em: 11 ago. 2020.

^{XVI} LISTA de processos de tombamento. Disponível em: <<http://portal.iphane.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>>.

Acesso em: 11 ago. 2020. BENS tombados e processos de tombamento em andamento. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/510169/RESPOSTA_PEDIDO_2016-09-16_Lista%20Bens%20Tombados.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

^{XVII} PESSÔA, José Simões Belmont. *Vila Flor – Casa de Câmara e Cadeia*. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/vila-flor-casa-de-camara-e-cadeia#!/map=38329&loc=-6.3155689999999987,-35.075452999999996,17>>. Acesso em: 11 ago. 2020. PESSÔA, José Simões Belmont. *Casa de Câmara e Cadeia*. Disponível em: <<https://www.hpip.org/pt/heritage/details/916>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

^{XVIII} RAMOS, op. cit., p. 35.

^{XIX} HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, op. cit., p. 7.

^{XX} Na primeira unidade da disciplina, a atividade prática realizada por nós quatro consistiu na produção de uma temporada de *podcast*. A nossa proposta central era realizar uma discussão sobre Patrimônio, analisando a possibilidade da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes da Redinha, Natal/RN, ser considerada como um patrimônio. No primeiro episódio, apresentamos o *podcast* “Navegantes”, e posicionamos esses conceitos, em perspectiva histórica. Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/5ydsYmsD2NjOZF34CMvaPK?si=WKfijgDeTvyCnYHWrtzGkA>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

- XXI SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/patrim%C3%B4nio>>; <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/mem%C3%B3ria>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/patrim%C3%B4nio>>; <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/mem%C3%B3ria>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- XXII BRASIL, Constituição (1988), Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 216. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- XXIII BRASIL, Constituição (1988), Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 216. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- XXIV POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- XXV Ibid., p. 1-3.
- XXVI NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993. p. 27.
- XXVII Ibid., p. 12-13.
- XXVIII Ibid., p. 9.
- XXIX PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010. p. 152.
- XXX OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do profissional de história na contemporaneidade. **Mouseion**, Canoas, n. 19, p. 109-125, dez. 2014. p. 120.
- XXXI Ibid., p. 118.
- XXXII OLIVEIRA, Almir; CARDOSO, Ana; GOMES, Magna. Educação Patrimonial e Ensino de História nos Livros Didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida; OLIVEIRA, Almir (Org.). **Livros Didáticos de História: escolhas e utilizações**. 1ed. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 95.
- XXXIII Ibid., p. 95.
- XXXIV OLIVEIRA; FREITAS, op. cit., p. 115.

Referências

- BRASIL, Constituição (1988), Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 216. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- HORTA, Maria de L.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN e Museu Imperial, 1999.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Almir; CARDOSO, Ana; GOMES, Magna. Educação Patrimonial e Ensino de História nos Livros Didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida; OLIVEIRA, Almir (Org.). **Livros Didáticos de História: escolhas e utilizações**. 1ed. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 87-97.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do profissional de história na contemporaneidade. **Mouseion**, Canoas, n. 19, p. 109-125, dez. 2014.

UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PARA O OFÍCIO DO HISTORIADOR

EMERSON NAYLTON BEZERRA PEREIRA

FABRICIO CARLOS PAULINO LOPES

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.